

Villagio Iguatemi
54 3026.4646

Centro
54 3026.4600

www.visaocont.com.br

BOLETIM INFORMATIVO – SETEMBRO 2012

Edição nº. 11 - Ano 18 - CRC/RS 3.112

RECEITA VAI UNIFICAR DADOS DE TRABALHADOR

O governo vai apertar a fiscalização sobre as informações dos Funcionários fornecidas pelas Empresas.

A partir de janeiro do ano que vem, as firmas terão de enviar ao governo uma única declaração sobre a folha de pagamento no lugar das 11 que estão obrigadas a encaminhar aos diferentes órgãos públicos. Atualmente, existem declarações distintas para Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), benefícios da Previdência e o FGTS, que são enviadas pelas empresas a vários órgãos.

A Escrituração Fiscal Digital Social (EFDSocial) será controlada pela Receita, que, como os outros órgãos fiscalizadores, poderá cruzar os dados para dar eficiência ao processo de fiscalização. Ou seja, o Fisco terá como comparar os números declarados sobre o IRRF com os valores recolhidos para o FGTS, por exemplo. Tudo isso será feito de forma automática pelo sistema. Hoje, se precisarem fazer este cruzamento, os fiscais precisam solicitar as informações a cada um dos outros órgãos envolvidos.

Ao GLOBO, o subsecretário de Fiscalização da Receita, Caio Candido, garantiu que somente as informações serão tratadas pelo Fisco. Segundo ele, a Receita não tem interesse em administrar as contas do FGTS, por exemplo, que continuará a cargo da Caixa Econômica Federal e regido pelo Conselho Curador. Os dados serão coletados em conjunto. Mas cada órgão usará as informações para continuarem as suas competências.

Ingerência no FGTS preocupa:

Reportagem publicada pelo GLOBO no último domingo mostrou que o governo tem usado cada vez mais os recursos do FGTS no programa Minha Casa, Minha Vida, colocando em risco o patrimônio líquido do Fundo, além de confiscar parte de suas receitas para fazer superávit primário.

Integrantes do Conselho Curador do FGTS temem que a inclusão do Fundo na folha digital, como defende a Receita, poderá representar um risco a mais pelo fato de o governo começar a encarar o FGTS, que é privado, como um tributo e, portanto, sujeito a ingerências ainda maiores.

Fonte: O Globo

LEMBRETE DITR 2012

ATENÇÃO !!! PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA DETENTORA DE ÍMOVEL RURAL, O PRAZO DE ENTREGA DO DITR 2012 É ATÉ O DIA 28 DE SETEMBRO DE 2012.



"... Mas não basta pra ser livre ser forte, aguerrido e bravo, povo que não tem virtude acaba por ser escravo. Mostremos valor, constância, nesta ímpia e injusta guerra, sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra ..."



PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

Todos os empregadores e instituições que admitem trabalhadores como empregados são obrigadas a implementar o Programa de Prevenção de Riscos – PPRA estabelecido pela Norma Regulamentadora nº 9 da Portaria nº 3.214/78 do MTE. Este programa tem por objetivo, definir uma metodologia de ação que garanta a preservação da saúde e integridade dos trabalhadores face aos riscos existentes nos ambientes de trabalho.

A legislação de segurança do trabalho brasileira considera como riscos ambientais, agentes físicos, químicos e biológicos. Para que sejam considerados fatores de riscos ambientais estes agentes precisam estar presentes no ambiente de trabalho em determinadas concentrações ou intensidade, e o tempo máximo de exposição do trabalhador a eles é determinado por limites pré estabelecidos.

Agentes de Risco:

Agentes físicos são aqueles decorrentes de processos e equipamentos produtivos que podem ser:

- Ruídos e vibrações;
- Pressões anormais em relação a pressão atmosférica;
- Temperaturas extremas (altas e baixas);
- Radiações ionizantes e radiações não ionizantes.



Agentes químicos são aquelas decorrentes da manipulação e processamento de matérias-primas e destacam-se:

- Poeiras e fumos;
- Névoas e neblinas;
- Gases e vapores.

Agentes biológicos são aqueles oriundos da manipulação, transformação e modificação de seres vivos microscópicos, dentre eles:

Genes, bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus e outros.

Este programa é feito por um Engenheiro do Trabalho e precisa ser renovado anualmente, estes dados também são utilizados para o preenchimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, ele deve ser preenchido para a comprovação da efetiva exposição dos empregados a agentes nocivos, para o conhecimento de todos os ambientes e para o controle da saúde ocupacional de todos os trabalhadores, o qual deve ser entregue no momento da rescisão contratual e servirá para a aposentadoria.



CANCELAMENTO E DEVOLUÇÃO DE NF-E

A NF-E poderá ser cancelada em prazo não superior a 24 horas, contado do momento em que foi concedida a respectiva Autorização de Uso da NF-E, desde que não tenha ocorrido a circulação da mercadoria ou a prestação do serviço.

Nos casos em que a operação não tenha sido realizada e o cancelamento não tenha sido transmitido no prazo, a correção deve ser realizada através da emissão de NF-E de estorno, com as seguintes características:

- * Finalidade de emissão da NF-E (campo FinNFe) = 3 – NF-E de ajuste;
- * Descrição da Natureza da Operação (campo natOp) = “999 – Estorno de NF-E não cancelada no prazo legal”;
- * Referenciar a chave de acesso da NF-E que está sendo estornada (campo refNFe);
- * Dados de produtos/serviços e valores equivalentes aos da NF-E estornada;
- * Códigos de CFOP inversos aos constantes na NF-E estornada, exemplo: CFOP 5102 estorno na CFOP 1202, CFOP 5101 estorno na CFOP 1201;
- * Informar a justificativa do estorno das Informações Adicionais de Interesse do Fisco (campo infAdFisco).

A NF-E de estorno deverá ser emitida, preferencialmente, no mesmo período de apuração em que foi emitida a NF-E estornada, para evitar alterações na apuração do imposto a ser recolhido.

Se houve a circulação da mercadoria, a devolução deve ser feita pelo estabelecimento contra quem foi emitida a NF-E, ou seja, se houve a venda e a mercadoria foi entregue ao cliente e constatado algum desacordo o mesmo emitirá a NF-E de devolução.

INSTRUMENTOS ELETRÔNICOS DE FISCALIZAÇÃO

Acompanhando o cenário inovador da chamada era digital, desde 2002, as autoridades fiscais têm aprimorado os instrumentos eletrônicos de fiscalização.

O crescente número de obrigações acessórias eletrônicas, tais como Sped, FCont, Dacon, NFe, Dmed, Dimob, além das já existentes DCTF, DIPJ e PER/DCOMP, nada mais são do que instrumentos que auxiliam e otimizam a conciliação de informações, dando efetividade e facilidade aos processos de fiscalização tributária.

Nesse cenário, a Receita Federal do Brasil tem constantemente emitido intimações eletrônicas para os contribuintes, determinando a regularização de eventuais inconsistências, constatadas pela contraposição dessas informações prestadas por via eletrônica.

Tais intimações visam regularizar, por exemplo: divergência entre DIPJ/DCTF e PER/DCOMP, inconsistência entre Sped e DIPJ e divergências na apuração do lucro presumido, tomando por base a atividade desenvolvida pelo contribuinte, dentre outras situações.

Ocorre que o cumprimento dessas intimações deve ser feito exclusivamente por meio eletrônico, o que significa dizer que a resposta das intimações deve se dar: - por meio da retificação das obrigações eletrônicas indicadas, ou por meio do pagamento de eventuais divergências apontadas.

Vale destacar que existe determinação expressa da Receita Federal sobre a impossibilidade de recebimento de quaisquer esclarecimentos de outra forma que não por meio da retificação dos instrumentos eletrônicos ou do pagamento. As intimações recebidas, inclusive, são acompanhadas da seguinte frase: "Esta intimação deve ser solucionada exclusivamente pela internet, não havendo necessidade de comparecer na Receita Federal".

Acontece que a realidade dos contribuintes pode, muitas vezes, não se resumir a uma simples retificação da declaração, mas sim remeter a uma situação mais complexa e que demande maior esclarecimento. E não só isso, em muitos casos a retificação pretendida pelas autoridades fiscais pode não ser possível, como é o caso de retificações relacionadas ao tipo do crédito nos pedidos eletrônicos de compensação, o que pode obrigar o contribuinte a enviar um novo PER/DCOMP, com incidência de multa e de juros.

Em suma, diversas situações fogem da habitual retificação pretendida pelas autoridades fiscais, demandando maiores esclarecimentos, visto que não se pode padronizar as situações econômicas e fiscais de cada contribuinte, haja vista as características específicas de cada atividade ou operação.

Para não configurar a flagrante ofensa ao conhecido direito de petição dos cidadãos, quaisquer esclarecimentos em papel são recebidos, depois de muita argumentação, com o já conhecido carimbo de "protocolado por insistência do contribuinte". Isso significa que a petição apresentada com tal carimbo é recepcionada, mas, automaticamente, é descartada pelas autoridades fiscais, já que não será submetida a uma análise mais apurada.

A realidade é que os contribuintes se veem impedidos de prestar o devido esclarecimento, o que gera autuação ou cobrança arbitrária, visto que é o resultado do não cumprimento dessas intimações eletrônicas, provocando contingências fiscais que poderiam ter sido evitadas; e isso com todas as consequências relacionadas às autuações: apresentação de defesa administrativa, dificuldade na emissão de certidão de regularidade fiscal, registro contábil da contingência, etc.

Se de um lado os instrumentos eletrônicos de fiscalização otimizam os procedimentos de cobrança de tributos, de outro geram situações de restrições e inconsistências arbitrárias.



Não se pode deixar de destacar as benesses de tal sistema, o qual proporciona celeridade à fiscalização, além de minimizar erros da própria fiscalização. Entretanto, o procedimento eletrônico criado é um sistema travado e inacessível aos contribuintes, que muitas vezes são impedidos de exercer o seu direito de resposta, a fim de evitar uma autuação inapropriada.

Se a ideia dos processos eletrônicos de fiscalização é a de melhorar e acelerar os procedimentos administrativos, não se pode deixar de abrir uma janela de comunicação entre contribuintes e autoridades fiscais, sob pena de entulhar ainda mais o Judiciário com discussões sobre garantias constitucionais dos contribuintes, que parece ter sido esquecida nessa nova era administrativa digital. Aí é esperar que o Judiciário, que já vem operando com processos eletrônicos via certificado digital, não crie entraves e dificuldades ao acesso à Justiça.



Agenda das Principais Obrigações SETEMBRO/2012



DIAS	COMPROMISSOS
03/09	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos , impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de agosto/2012
06/09	SALÁRIOS - AGOSTO GFIP - AGOSTO
07/09	FERIADO - INDEPENDÊNCIA DA REPUBLICA 
10/09	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - AGOSTO
12/09	ICMS - COMÉRCIO - AGOSTO Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa , de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 11/09/2012
17/09	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN - AGOSTO
19/09	GPS - AGOSTO
20/09	FERIADO - REVOLUÇÃO FARROUPILHA 
21/09	NÃO HAVERÁ EXPEDIENTE NO VISÃO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - AGOSTO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - JULHO ICMS - INDÚSTRIA - AGOSTO ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - AGOSTO
24/09	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e demais descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente setembro/2012 ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - JULHO Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa , de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 12 a 20/09/2012
25/09	IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - AGOSTO COFINS - AGOSTO PIS - AGOSTO
28/09	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - AGOSTO - ESTIMATIVA IRPJ - AGOSTO - ESTIMATIVA 6ª QUOTA IRPF 2012
01/10	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa , de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 30/09/2012



Mantenha-se conectado com a Visão:

www.visaocont.com.br

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade